

A INTRODUÇÃO DA IMPRENSA, A TRAGÉDIA ROMÂNTICA NO BRASIL E SUAS CONEXÕES COM ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA, O JUDEU

Lúcia Helena Costigan¹

Quando comparada às demais ex-colônias e atuais países americanos, a implantação da tipografia no Brasil encontrou muitos entraves, ocorrendo hipertardiamente. Em decorrência dos obstáculos impostos pela Coroa portuguesa, a criação da imprensa régia no Rio de Janeiro somente ocorreu em 1808, com a transferência da Corte para as Américas, após o bloqueio continental e a ameaça de invasão a Portugal decretados por Napoleão Bonaparte, em 1807. Apesar de a inauguração da imprensa oficial na América portuguesa datar de 13 de maio de 1808, dia do aniversário do príncipe regente, dom João VI, há indícios claros de que houve várias tentativas de implantação de tipografias no solo brasileiro durante o período colonial.

A primeira tentativa de introdução de uma impressora no Brasil parece ter sido de iniciativa de Maurício de Nassau, líder político que entre 1636 e 1643 governou a região nordestina, aquela mesma que entre os anos de 1630 e 1654 foi conhecida como o “Brasil holandês”. Segundo os especialistas no assunto, Pieter Janszoon foi enviado ao Recife no ano de 1643 pelos dirigentes da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais com a missão especial de implantar em Pernambuco uma prensa tipográfica que viesse a facilitar o trabalho administrativo do governo holandês na região. Infelizmente, o trabalho do primeiro tipógrafo a pisar o Nordeste do Brasil

¹ Professora na The Ohio State University, EUA.

não chegou a se iniciar. No dia 3 de agosto de 1643, pouco tempo depois de aportar no Recife, Janszoon veio a falecer. Uma vez que o governador Maurício de Nassau havia retornado para Amsterdam em maio de 1643 e os holandeses começavam a enfrentar sérias pressões militares por parte dos mazombos ou luso-brasileiros que ganharam força após Portugal ter-se independentizado da Espanha em 1640, os planos de implantação de uma imprensa no Brasil holandês foram abandonados. Depois dessa primeira, e de outras tentativas de estabelecimento de um prelo no solo do Brasil colonial, a única que parece ter tido êxito foi a introduzida por Antônio Isidoro da Fonseca, no Rio de Janeiro, em 1747.

Com base na obra *A Imprensa no Período Colonial*, de Alexandre Passos, Laurence Hallewell afirma que a vinda de Isidoro da Fonseca para o Brasil deveu-se a um convite direto de Antonio Gomes Freire de Andrade, português de família tradicional enviado em 1733 para o Brasil como governador do Rio de Janeiro, cargo que ocupou por quase trinta anos. Em 1735, Gomes Freire de Andrade governou também Minas Gerais e, em 1748, acumulou os cargos de governador das capitanias de Goiás e Mato Grosso. Supõe-se que, ao convidar o impressor português a vir para o Brasil, Gomes Freire de Andrade tivesse plena consciência de que o rei e os membros da Corte não aprovariam o seu gesto, mas, como era grande o seu desejo de melhorar a vida cultural do País durante o seu mandato, o governador assumiu o risco. Talvez para fazer passar despercebido o seu gesto de desobediência à Coroa portuguesa e para driblar a censura, o governador instruiu Isidoro da Fonseca a usar colofão falso na produção das obras publicadas na América portuguesa. Curiosamente, algumas das poucas obras impressas na oficina de Isidoro da Fonseca não usaram colofões falsos, pois traziam na capa o nome da cidade do Rio de Janeiro como lugar de publicação. Um exemplo claro disso é-nos dado por Lawrence Hallewell. Ao reproduzir na sua obra *O Livro no Brasil* a foto de um folheto de 24 páginas, impresso na oficina de Isidoro da Fonseca no ano de 1747, Hallewell se apoiou em dados colhidos em publicações anteriores sobre o mesmo tema, a fim de provar que, antes da vinda da família real para o Brasil, em 1808, existiu de fato uma tipografia no Rio de Janeiro. No frontispício da reprodução do texto – *Relação da Entrada que Fez o Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. F. Antonio do Desterro Malheyro, Bispo do Rio de Janeiro em o Primeiro Dia Deste Presente Anno de 1747havendo sido seis Annos Bispo do Reyno de Angola donde por nominação de Sua Magestade, e Bulla*

Pontifica, foy promovido para esta Diocesi. Composta pelo Doutor Antonio Rosado da Cunha Juiz de Fôra, e Provedor dos defuntos, Capellas, e Resíduos do Rio de Janeiro –, citado na página 93 do livro de Hallewell, encontram-se as seguintes informações: “Rio de Janeiro. Na Segunda Officina de ANTONIO ISIDORO DA FONSECA. Anno de MCCXLVII. *Com licenças do Senhor Bispo*”. Além dessa publicação, há evidência de que outras obras, algumas das quais sem colofão, foram impressas por Isidoro da Fonseca na oficina do Rio de Janeiro. Também há informação de que, assim que em Portugal as autoridades tomaram conhecimento das publicações, exigiram que o governador fechasse imediatamente a impressora. De acordo com Marcello e Cybelle de Ipanema, a ordem régia de 19 de maio de 1747 determinava que, além do fechamento da oficina, o governador deveria fazer retornarem a Portugal o prelo, os tipos, o papel e o próprio Isidoro.

Uma vez documentado que Isidoro da Fonseca realmente veio para o Brasil na década de 1740, logrando aqui imprimir livros, cabe-nos responder às seguintes perguntas: o que levou o conhecido impressor português a deixar Lisboa num momento de intensa atividade das impressoras portuguesas e vir para um ambiente colonial onde a imprensa era proibida e onde o número de escritores e de leitores era insignificante em comparação aos da capital do Império português? O que aconteceu a Isidoro após o seu retorno a Portugal, se é que de fato isto ocorreu?

Dado que durante a fase áurea do reinado de d. João V, especialmente entre os anos de 1735 e aproximadamente 1740, Isidoro foi tido como um dos bem-sucedidos editores de Portugal – que havia publicado em sua primeira oficina, em Lisboa, obras renomadas como o primeiro volume da famosa *Biblioteca Lusitana*, de Barbosa Machado, e entre 1736 e 1737 tinha publicado anonimamente as obras *Labrinto de Creta*, *Varietades de Proteu* e *Guerras de Alecrim e Mangerona*, de autoria de Antônio José da Silva, comediógrafo brasileiro que se tornara famoso em Portugal –, alguns historiógrafos sugeriram que a vinda do tipógrafo para o Brasil deveu-se ao fato de o mesmo ter tido problemas com o Santo Ofício de Lisboa, em decorrência de ter sido o editor do comediógrafo descendente de cristãos-novos, conhecido pelo apelido *O Judeu*. Capistrano de Abreu, por exemplo, parece ter insinuado que Isidoro da Fonseca era descendente de cristãos-novos portugueses e que, tal como Antônio José da Silva, também decidira retornar ao judaísmo.

Considerando o fato de o ambiente intelectual do Brasil da primeira metade do século XVIII ter sido bastante acanhado intelectual e literariamente, é viável pensar que o motivo que levou Isidoro a trocar Portugal pelo Brasil tenha sido o desejo de distanciar-se do Santo Ofício de Lisboa, e não a vontade de tornar-se famoso como tipógrafo na América portuguesa. Essa conclusão encontra respaldo na observação de que no Brasil “não havia, certamente, qualquer possibilidade de que Isidoro pudesse viver da impressão de livros” (HALLEWEL, 2005, p. 89). Basta atinar para o fato de que no ambiente colonial da primeira metade do século XVIII, quando o Brasil era ainda destituído de imprensa e de universidades e quando a maior parte da população era constituída por indígenas e africanos trazidos como escravos, a escassez de pessoas alfabetizadas e de trabalhadores qualificados, somada ao alto custo de equipamentos importados, tornava praticamente inviável um tipógrafo poder se sustentar com o seu trabalho. Portanto, é possível inferir que a vinda para o Brasil de um impressor português tão destacado como Isidoro da Fonseca tenha sido motivada por seu interesse em se distanciar do Santo Ofício de Lisboa. Uma vez que foi ele o primeiro a publicar algumas das obras Antônio José da Silva, temos que admitir que a implantação da primeira imprensa no Brasil resultou em parte da associação de Isidoro da Fonseca com o famoso comediógrafo nascido no Rio de Janeiro, em 1705, e morto pela Inquisição portuguesa em 1739.

Depois das publicações impressas em 1747, na segunda oficina que Isidoro abriu no Rio de Janeiro, as obras seguintes publicadas no Brasil foram as de cunho oficial que saíram do prelo da Imprensa Régia,

fundada por dom João VI em 1808. Durante o período que se seguiu à fase do monopólio da Imprensa Régia, que se estendeu de 13 de maio de 1808 a 7 de setembro de 1822, data em que dom Pedro I proclamou a Independência do Brasil, Antônio José da Silva continuou conectado com a imprensa, ocupando um lugar de destaque no teatro romântico das primeiras décadas do governo do segundo imperador do País, dom Pedro II. A partir de 1822, algumas das peças apresentadas nos teatros do Rio de Janeiro começaram a manifestar o sentimento nacionalista. Uma das maneiras pelas quais o espírito de nacionalidade começou a se expressar no teatro pós-independente foi pela adaptação de peças clássicas estrangeiras, que passaram a incorporar temas e nomes de personagens da história local. Mas foram, sobretudo, os romances, as poesias e as canções populares, publicados nas tipografias que se espalharam pelo Rio e pelas principais brasileiras da segunda fase imperial, as manifestações literárias e culturais que mais expressaram o sentimento de nacionalidade. Na obra *Minoridade crítica: A Ópera e o Teatro nos Folhetins da Corte: 1826-1861*, Luís Antônio Giron observa que as duas primeiras décadas do governo de dom Pedro II são as que melhor testemunham a “efetiva emergência da crítica e a necessidade do raciocínio estético no Brasil” (GIRON, 2004, p. 16). Por volta dessa época, uma das principais obras que transformaram Antônio José da Silva em herói nacional brasileiro foi a peça de teatro, de autoria de Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), intitulada *Antônio José ou O Poeta e a Inquisição*. Levada ao palco em 1838, ano da criação do Instituto Histórico Brasileiro, a tragédia em cinco atos tinha como função especial propagar

o nacionalismo que emergia com força vibrante nas diversas regiões da América.

Semelhante ao que ocorrera nas demais colônias que atualmente formam parte do chamado continente latino-americano, o movimento de inspiração romântica despertou nas populações locais um forte sentimento de nacionalismo nos anos anteriores e posteriores à independência das florescentes nações. Com a independência proclamada por dom Pedro I, em 1822, e principalmente com a proliferação de tipografias a partir do período regencial (1831-1840), e das duas primeiras décadas do governo de dom Pedro II (1840-1869), o romantismo ganhou força no Brasil. Foi durante a monarquia de dom Pedro II, quando o romantismo literário atingiu a maturidade, que o índio tornou-se o símbolo elegíaco das aspirações nacionais, transformando-se em tema poético para Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), Antônio José Gonçalves Dias (1823-1864) e encontrando em José Martiniano de Alencar (1829-1877) o seu expoente máximo. Ironicamente, apesar do fato de que, além do elemento nativo os negros trazidos da África e os descendentes de judeus portugueses forçados à conversão também prestaram um relevante papel na formação da cultura brasileira e na expansão do território e da economia do País, eles foram praticamente deixados de fora da produção dos escritores da época.

Conforme adiantamos acima, Antonio José da Silva, teatrólogo nascido no Brasil em 1705 e morto pela Inquisição de Lisboa em 1739, foi o único descendente de judeu que teve entrada na literatura. A Gonçalves de Magalhães cabe o mérito de havê-lo transformado em protagonista de sua tragédia romântica intitulada, *Antonio José ou O Poeta e a Inquisição*. A tragédia, composta de cinco atos, na opinião de Magalhães não seguia “o rigor dos clássicos [Aristóteles e Horácio], nem o desalinho dos [românticos] tampouco visava por objetivo destacar contribuição de descendentes de judeus ao desenvolvimento da cultura e na expansão do Brasil colonial”. Mais do que nada, a peça dramática, que nas palavras de Décio de Almeida Prado nascera “à sombra da religião católica” (s. d., p. 19), visava salsar o sentimento nacionalista



que emergia no Brasil. Até mesmos os historiógrafos e críticos literários, como Sílvio Romero (1960, pp. 18-19), que também analisou o teatro de Gonçalves de Magalhães identificou, Antônio José da Silva como poeta brasileiro *sui generis*:

○ poeta tem expressões de uma intuição admirável de lirista (...). Por aí é que é um dos nossos, um brasileiro (...) era a alma americana, ainda cheia de todas as ilusões da infância, que ria pela boca do poeta. (...) Pelo lirismo é que foi um herdeiro de Gil Vicente e de Camões. Essas notas estavam então mudas em Portugal, foi preciso que um brasileiro as despertasse de novo, levando-as daqui, como recordação da infância, como uma herança de família. (idem, pp. 437-440)

Na famosa peça teatral, *Antonio José ou o Poeta e a Inquisição* – encenada em 1838, ano que coincide com o da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro –, o espírito nativista de Magalhães emerge com vigor. Ao estudar o impacto da peça no circuito literário brasileiro, Käthe Windmüller observa que “[a] mais grave recriminação dos críticos à obra de Magalhães é não ter praticado um Romantismo puro, descontaminado de influências clássicas: ter feito tragédia em vez de drama, escrito em verso em vez de prosa...” (WINDMÜLLER, 1984, p. 71). Buscando entender o porquê de Magalhães ter escolhido por protagonista um judeu ou cristão-novo, a estudiosa da presença judaica no Brasil-colônia conjectura:

Considerando todas as sugestões que a realidade social do ambiente lhe oferecia – indígenas, negros e mestiços – é surpreendente a opção de Magalhães por um protagonista branco, intelectual e judeu (na realidade cristão-novo), inexpressivo como representação antropológica da sociedade da época, uma abstração, um tipo inexistente na comunidade da população e dificilmente realizável como identificação. (idem, p. 86)

Entre as possíveis respostas sugeridas por Windmüller a respeito da escolha de Magalhães, chamam a atenção as seguintes:

A vontade de influir na formação da sociedade reveste-se, principalmente em Magalhães, num dever muito consciente. A religiosidade cristã substituindo o panteon olímpico, a promoção das etnias nacionais. (...) Antonio José é o poeta brasileiro queimado pela Inquisição, com quem Magalhães se identifica; é o judeu perseguido por sua etnia e religião com quem as minorias discriminadas



se identificam (...). O momento pedia a formação de um panteon de heróis nacionais. Não os havia ainda e os historiadores como Varnhagen, aliados aos literatos, ainda estavam empenhados em criá-los. (idem, pp. 75, 79 e 93)

São convincentes ainda as afirmações de que “[o] momento pedia a formação de um panteon de heróis nacionais” (idem, p. 93), de que Magalhães desejava “influir na sociedade” (p. 75) e de que “se identifica[va]” (p. 79) com o poeta morto pela Inquisição. Windmüller também persuade quando afirma que “Magalhães produziu uma obra que ele queria moderna, moralista e socializante” (p. 80). A meu ver, porém, a escolha de Magalhães não visava “promover as etnias brasileiras”, tampouco buscava o poeta romântico identificar-se com “as minorias discriminadas”, como sugere Windmüller (p. 79). Basta ler o poema “Invocação à Saudade” e a sua obra em prosa *Memória Histórica da Revolução da Província do Maranhão*, para notar que, longe de promover as etnias brasileiras, Magalhães via o maior grupo étnico do Brasil do seu tempo com desdém e desprezo. No poema, o escravo negro, tido como “desgraçado”, recebe mofa e recriminação em vez da simpatia do vate romântico. Na *Memória Histórica* também se percebem as contradições dos mitos nacionais, tema amplamente estudado por teóricos como Benedict Anderson e Homi Bhabha, entre outros, que põem em cheque a suposta homogeneidade e horizontalidade dos projetos modernos de nação.

Ao descrever uma revolução ocorrida no Maranhão entre os anos de 1838 e 1840, Magalhães, que condenara o colonialismo português, não consegue deixar de exibir uma postura elitista e colonialista a respeito dos grupos subalternos. O iniciador do romantismo brasileiro usa a expressão “fascinoroso negro” para se referir a Cosme – escravo que realmente se opusera ao colonialismo ao se

rebelar contra os maus tratos do senhor branco e fundar no quilombo uma escola para outros quilombolas que fugiam da escravidão. Seguindo a tendência predominante nos demais românticos brasileiros, do ponto de vista étnico, o indígena foi o único elemento que Magalhães resgata na sua escrita. No entanto, como os demais literatos e historiógrafos do seu tempo, o nativo é resgatado de forma nostálgica, como “vítima ilustre” e parte de um passado longínquo e superado.

A escolha de Antônio José como protagonista da sua peça teatral nada teve que ver com a recuperação étnica do judeu. Na peça de Magalhães, não encontro nenhum indício de que o poeta que mais tarde foi agraciado pelo imperador dom Pedro II com o título de Visconde do Araguaia se identificasse com “o judeu perseguido por sua etnia e religião”, conforme sugere Windmüller (idem, p. 79). A meu ver o protagonista da peça de Magalhães é exatamente o oposto do Antonio José, descrito por Alberto Dinis na obra *Vinculos do Fogo*: “judaizante, [que] berra[va] veleidades [e que representava] um perigo para a saúde nacional” (DINIS, 1992, p. 43). Contrário ao Antonio José judaizante apresentado por Dinis, o judeu criado por Magalhães passa pelo filtro cristão do letrado romântico e se transforma na peça em um intelectual orgânico, que comparte com o seu criador as crenças e os valores da cultura eurocêntrica cristã.

A etnia e a aparente crença judaica do protagonista foram totalmente abafadas por Magalhães. O resgate de Antonio José pelo iniciador do romantismo no Brasil se dá pelo fato de aquele ter sido poeta, e não por ter sido um judeu “perseguido por sua etnia e religião” (WINDMÜLLER, op. cit., p. 79). O próprio

título da peça deixa claro que é com o “Poeta” que Magalhães se identifica. No prólogo à tragédia isto se faz ainda mais evidente:

Desejando encetar minha carreira dramática por um assumpto nacional, nenhum me parecêo mais capaz de despertar as sympathias e as paixões trágicas do que este. As desgraças de *um literato*, de *um poeta, que concorreu para a glória nacional*, não podem deixar de excitar interesse e amor; ao menos no nosso país; e tanto mais deve esta lição ser importante, quanto a miséria e o abandono é o fim de quese todos os poetas portugueses, e brasileiros. Queira o céu compadecer-se dps futuros engenhos, e anima-los nesta nobre empresa de civilização e de glória nacional... (GONÇALVES DE MAGALHÃES, 2005, p. 7)

Num momento em que o Brasil acabava de decretar o catolicismo como religião oficial e que o judaísmo havia sido sufocado pelas intensas perseguições e expulsões de cristãos-novos ocorridas no século XVIII, o judeu, como sujeito colonial, estava mais morto do que o índio, que se tornara artefato para os românticos. Além do mais, como se observou anteriormente, a produção literária romântica e moderna havia sido montada a partir do parâmetro eurocêntrico-cristão. De acordo com essa perspectiva ideológica, toda e qualquer crença que não se encaixasse dentro da norma cristã era tida como explosiva ou superada e, portanto, inaceitável para os escritores românticos e intelectuais da época. Como líder de um grupo literário, ligado ao círculo católico oficial, e como diplomata, que passara os últimos anos de sua vida como ministro plenipotenciário na cidade de Roma, o patriarca da renovação nacionalista nas letras brasileiras só poderia ter resgatado Antonio

José porque via neste um “literato”, um “poeta” e um “philósopho” patriótico, arianizado e cristianizado. Uma declaração de Magalhães, encontrada no prefácio ao poema *Suspiros Poéticos e Saudades* serve para corroborar o argumento de que Antonio José da Silva não estava sendo recuperado por sua etnia judaica:

Pede o uso que se dê um prólogo ao Livro... É um Livro de Poesias escritas segundo as impressões de lugares; ora assentado entre as ruínas da antiga Roma... ora na gótica catedral admirando a grandeza de Deus e os prodígios do Cristianismo... Ora, nossa religião, nossa moral é aquela que civilizou o mundo moderno, aquela que ilumina a Europa, e a América: e só este bálsamo sagrado devem verter os cânticos dos poetas brasileiros. (GONÇALVES DE MAGALHÃES, p. 88)

Para concluir, uma vez mais gostaria de enfatizar a conexão entre Antônio José da Silva e Isidoro da Fonseca e Gonçalves de Magalhães. Curiosamente, tanto Isidoro como Magalhães ocupam um lugar de destaque na nossa história cultural. Isidoro tem sido considerado por críticos como José Veríssimo como o “patriarca da imprensa no Brasil”. Magalhães, por sua vez, é tido como o “patriarca da renovação nacionalista nas letras”. Dado que este ensaio parece ter deixado claro que, através da ótica romântica e da imprensa que floresceu à sombra do imperador dom Pedro II, Magalhães transformou Antonio José da Silva em um protagonista que nada tinha a ver com o personagem histórico do “judeu”, o que ainda se deve buscar descobrir é a forma pela qual Isidoro da Fonseca se conectou com o dramaturgo brasileiro morto pela Inquisição de Lisboa em 1739. A atuação do precursor da imprensa no Brasil e a sua ligação como Antônio José da Silva ainda constituem um campo a ser explorado por estudiosos da cultura e da literatura luso-brasileira dos séculos XVIII e XIX.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo* (1983). México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

BHABHA, Homi K. “DissemiNation”. In: *Nation and Narration*. London/New York: Routledge, 1994.

DINIS, Alberto. *Vínculos do fogo: Antonio José da Silva, o Judeu, e outras histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GIRON, Luís Gonçalves. *Minoridade Crítica: A Ópera e do teatro nos folhetins da corte (1826-1861)*. São Paulo: EDUSP/Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

GONÇALVES DE MAGALHÃES, Domingos José. *Trechos escolhidos* (seleção e apresentação por José Aderaldo Castello). Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1961.

_____. *Tragédias* (edição preparada por Mariângela Alves de Lima). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil. Sua história*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

PRADO, Décio de Almeida. *História Concisa do Teatro Brasileiro (1570-1908)*. São Paulo: E EDUSP, s. d.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, 6 v. 6ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960.

VERÍSSIMO, José. “A Instrução Pública e a Imprensa”. In: *Livro do Centenário (1500-1900)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

WINDMÜLLER, Käthe. *O “Judeu” no teatro romântico brasileiro: uma revisão da tragédia de Gonçalves de Magalhães, Antonio José ou o Poeta e a Inquisição*. São Paulo: Centro de Estudos Judaicos da FFLCH/USP, 1984.